

A CULTURA INCLUSIVA E O ATO DE ENSINAR



JONATAS LUIS DE ASSIS

Licenciado em Língua Portuguesa.

RESUMO

A cultura inclusiva na Educação tem se mostrado cada vez mais importante, visto que visa promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Nesse contexto, o ato de ensinar desempenha um papel fundamental, pois é por meio dele que os valores de inclusão são transmitidos e praticados. Este artigo científico tem como objetivo discutir a importância da cultura inclusiva no processo de ensino, destacando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a equidade. Além disso, serão apresentadas estratégias e recomendações para que os educadores possam desenvolver um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Acredita-se que o diálogo e a colaboração entre professores, alunos e comunidade escolar são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Equidade; Inclusão; Respeito; Integralidade.

INTRODUÇÃO

A respeito do papel dos contos de fadas, Silva (2007), faz referência às concepções do desenvolvimento infantil nas áreas de psicanálise e da psicologia analítica, trazendo como referências Bruno Bettelheim e Von Franz.

Sendo que o objetivo do trabalho foi investigar a possibilidade dos educadores usarem os contos de fadas e sonhos como mediadores no processo de aprendizagem, pois, para os autores, “[...] ao considerar o ser humano como sujeito biológico, cognitivo e emocional, esses dois temas pertinentes à infância podem contribuir na formação do sujeito”.

O conto de fada é uma narrativa quem que temos, narrador, personagens, informações sobre o tempo, o espaço, cronologia de fatos entre outros elementos que ajuda a criança a desenvolver o pensamento. Junto a isso o conto de fada traz a presença do maravilhoso: atos e atitudes que são vistos neste gênero e que desperta a curiosidade e a criatividade das crianças na infância.

Devemos porém definir o que vem a ser a infância, este período da vida de todos nós, que tanto nos agrega valores e que estes nos acompanharão para todas as fases do nosso desenvolvimento.

A psicanalista Angela Maria Bouth fez um estudo sobre as cantigas-de-roda brasileiras, fazendo uma articulação delas com os pensamentos do psicanalista Bruno Bettelheim. Este foi um Psicólogo austríaco nascido em Viena, de grande destaque histórico nos estudos sobre crianças com problemas mentais. Iniciou, seus estudos com crianças vítimas de distúrbios emocionais graves, principalmente as autistas. Foi um dos especialistas que mais se debruçou sobre o estudo da influência dos contos de fadas. Para ele a grande diferença entre este tipo de contos e os modernos é que os primeiros, ao contrário dos segundos, não remetem apenas para o encantamento, tratando também de problemas existenciais, algo que permanece inalterável com a passagem do tempo (BRÉSCIA, 2003).

Assim como os contos de fadas foram utilizados por Bruno Bettelheim em psicanálise com crianças, as cantigas têm sido usadas por alguns musicoterapeutas, pois apresentam, tanto quanto os contos, possibilidade de encontrar soluções para os conflitos internos das crianças.

Sendo assim, Bouth (1989, p.72) enfatiza, "[...] a brincadeira-de-roda possui conteúdo similar ao dos contos-de-fada alimentando a imaginação e a fantasia, oferecendo à pessoa em desenvolvimento a oportunidade de encontrar a sua própria solução para conflitos internos [...]".

Ao escolher uma cantiga no grupo de brincadeiras, a criança estaria fazendo-o de maneira condizente com a sua situação interna naquele momento, buscando uma comunicação com os seus conteúdos mais profundos, assim como uma maneira de elaborá-los. A brincadeira de roda possibilita um distanciamento adequado por parte da criança em relação aos seus próprios conteúdos inconscientes, dando-lhe a oportunidade de ter algum domínio sobre eles. Isso suscita um processo de fortificação do ego (BOUTH, 1989).

Para Vygotsky (2002, p. 4), um claro entendimento das relações entre pensamento e língua é necessário para que se entenda o processo de desenvolvimento intelectual. Linguagem não é apenas uma expressão do conhecimento adquirido pela criança. Existe uma inter-relação fundamental entre pensamento e linguagem, um proporcionando recursos ao outro.

Dessa forma a linguagem tem um papel essencial na formação do pensamento e do caráter do indivíduo. Aqui ressaltamos não só a linguagem verbal, mas também a linguagem não verbal que, para as crianças, têm uma grande importância e significado. Por muitas vezes a voz que lê a história por si só não chama a atenção e o despertar da criança. Todo o gestual que vem com a contação de histórias, o tom da voz, a imitação dos personagens, faz uma linguagem especial que atrai a criança e é fundamental para a melhoria de sua compreensão.

Sobre a importância da utilização do lúdico como estratégia de aprendizagem para as crianças da educação infantil, Moreno (2009), salienta que as crianças nesta fase são capazes de receber sugestões e condicionamentos que as levam ao desenvolvimento de sua identidade, da cognição, de habilidades, da oralidade e da expressão, portanto, cabe ao professor oferecer aos alunos uma grande quantidade de recursos pedagógicos que os estimulem nos processos de aprendizagem.

Este autor acima citado salienta ainda que, quando um professor conta uma história, expressando-se com o uso de voz e gestos, de uma forma a imitar o personagem, ora rindo, ora chorando, faz com que os alunos viajem nas asas da imaginação de um mundo mágico e inesquecível.

Para Corso (2005), ao dizer que “a capacidade simbólica está na raiz dos processos de aprendizagem mais essenciais à efetivação da humanidade de cada um, sendo, sem dúvida pré-requisito para todas as aprendizagens escolares.”

Segundo Santos (2008), a diversidade, entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, realiza-se em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional. Não se pode negar, nesse debate, os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda o meio social e, em especial, sobre os coletivos sociais considerados diversos.

Para o autor (2008), no Brasil, as discussões sobre os temas como diversidade, diferenças, cultura, na educação, aumentaram desde a Lei nº 10.639/03, tornando obrigatório no contexto educacional o ensino de história da cultura afro-brasileira e africana, além da Lei nº 11.645/08 que constitui a questão indígena nos currículos escolares.

A formação inicial e contínua dos professores é essencial para prepará-los para atuar de forma eficaz na inclusão de crianças com deficiência. Os professores precisam desenvolver competências e habilidades que lhes permitam identificar as necessidades individuais de cada aluno, planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas, e avaliar o progresso e o desenvolvimento de cada criança. Além disso, os professores também precisam estar sensibilizados e conscientes das questões relacionadas à inclusão, combatendo o preconceito e a discriminação e promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

A inclusão de crianças com deficiência na educação traz benefícios não apenas para os alunos diretamente envolvidos, mas para toda a comunidade escolar. A convivência e a interação entre crianças com e sem deficiência contribuem para o desenvolvimento de valores como a empatia, a solidariedade e o respeito às diferenças. Além disso, a inclusão na educação promove o desenvolvimento do senso de responsabilidade e cooperação, estimulando o trabalho em equipe e a colaboração entre os alunos.

Para que a inclusão de crianças com deficiência na educação seja efetiva, é necessário que haja um trabalho colaborativo e integrado entre professores, gestores escolares, famílias e profissionais de apoio. É fundamental que todos os envolvidos no processo educativo estejam engajados e comprometidos com a promoção da inclusão, garantindo que cada criança receba o suporte e os recursos necessários para seu pleno desenvolvimento.

A preparação da classe docente, é importante que as políticas educacionais e as estruturas escolares estejam adequadas para atender às necessidades das crianças com deficiência. É necessário garantir a acessibilidade física e digital das escolas, bem como a disponibilidade de recursos e materiais adaptados que permitam a participação plena de todos os alunos. Além disso, é fundamental promover a formação de equipes multidisciplinares e o trabalho em rede, envolvendo profissionais de diferentes áreas no apoio e na inclusão das crianças com deficiência na educação.

A inclusão social e educacional são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. A preparação da classe docente para atender crianças com deficiência é um aspecto crucial para garantir a efetividade da inclusão na educação, permitindo que cada aluno seja respeitado em suas singularidades e tenha suas necessidades atendidas. Promover a inclusão na educação é um desafio que exige o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educativo, mas os benefícios gerados por uma educação inclusiva e de qualidade para todos são inestimáveis e contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Já inclusão social e a inclusão na educação são temas de extrema importância e relevância na atualidade. Ambas as questões estão intrinsecamente conectadas e têm como objetivo promover a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. A inclusão social refere-se ao processo de integração de todos os indivíduos na sociedade, garantindo que cada pessoa seja respeitada em suas singularidades e tenha acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Já a inclusão na educação diz respeito à garantia do acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais, origens ou necessidades específicas.

É fundamental compreender a importância da inclusão social e educacional para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. A exclusão social e a segregação educacional são realidades que perpetuam desigualdades e injustiças, impedindo que muitas pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Promover a inclusão social e educacional significa reconhecer e valorizar a diversidade presente na sociedade, garantindo que cada indivíduo seja respeitado em suas diferenças e tenha suas necessidades atendidas.

No contexto da educação, a inclusão é um princípio fundamental que deve nortear as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Garantir o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade é um desafio que exige o engajamento de professores, gestores escolares, famílias e comunidade em geral. Nesse sentido, a preparação da classe docente para atender crianças com deficiência é um aspecto crucial para a promoção da inclusão na educação.

Os professores desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão na educação. São eles responsáveis por criar um ambiente acolhedor e inclusivo, que valorize a diversidade e respeite as diferenças. Para atender crianças com deficiência, os professores precisam estar preparados para lidar com as particularidades de cada aluno, adaptando suas práticas pedagógicas e desenvolvendo estratégias adequadas para atender às necessidades específicas de cada criança.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A INCLUSÃO

A Educação Integral é um conceito que visa proporcionar uma formação completa e abrangente para os alunos, considerando não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o emocional, social, cultural e físico. Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência se torna um ponto crucial, uma vez que todos os alunos têm o direito de receber uma educação de qualidade, independente de suas características e necessidades individuais.

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Integral é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a educação inclusiva como um direito de todos e um dever do Estado. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU também reconhece a importância da inclusão no âmbito educacional.

Ao promover a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Integral, é possível proporcionar uma série de benefícios para essas crianças. Em primeiro lugar, a convivência com os colegas sem deficiência contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, o respeito à diversidade e a construção de relações interpessoais saudáveis.

Além disso, a Educação Integral pode oferecer um ambiente mais inclusivo e adaptado às necessidades específicas de cada aluno com deficiência, proporcionando recursos e estratégias que favoreçam a sua aprendizagem e desenvolvimento. Isso inclui a presença de profissionais especializados, materiais pedagógicos acessíveis, adaptações curriculares e tecnologias assistivas, que podem auxiliar no acesso ao conhecimento e na participação ativa das atividades escolares.

A educação integral também contribui para a promoção da autonomia e da independência das pessoas com deficiência, preparando-as para atuarem de forma mais autônoma e participativa na sociedade. Ao oferecer um currículo diversificado e atividades extracurriculares que estimulem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras, a Educação Integral pode potencializar as capacidades dos alunos com deficiência e promover a sua inclusão plena na comunidade.

Além disso, a Educação Integral pode contribuir para o combate ao preconceito e à discriminação, sensibilizando os alunos sem deficiência para a importância da diversidade e da igualdade de direitos. A convivência com pessoas com deficiência desde a infância pode modificar percepções e atitudes, promovendo uma cultura de respeito, empatia e solidariedade.

Por fim, a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Integral é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece e valoriza a diversidade como um aspecto enriquecedor da convivência humana. Ao garantir o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade, a Educação Integral contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas e as práticas pedagógicas estejam alinhadas com os princípios da inclusão e da Educação Integral, garantindo o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, independente de suas condições e características indivi-

duais. A promoção da educação inclusiva na Educação Integral é um desafio, mas também uma oportunidade de reconhecer e valorizar a diversidade como um aspecto essencial da experiência humana e, assim, construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Ao discutir sobre a inclusão na escola, é essencial que se pense em modificar a estrutura, o funcionamento e a resposta educativa, tornando a escola um espaço para que todas as diferenças sejam aceitas, e não referindo somente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa perspectiva, para revelar esse quadro de discriminação e preconceito que está agregado socialmente no Brasil, é importante que a sociedade civil manifeste expectativas de mudança. A população deve reivindicar de forma organizada para transformar o país em um lugar que aceita as diversidades, e faça isso valer, para que os cidadãos e cidadãs respeitem as diferenças e tenham direitos iguais, independentemente da região geográfica, situação econômica, gênero, cor da pele, etnia a qual pertença, etc. (MANTOAN, 2005).

O objetivo geral deste artigo é compreender de que maneira a contação de histórias apresenta-se como uma estratégia didática aos educadores, para introduzir a literatura no mundo infantil e juvenil, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e criativos. Quando contamos histórias para as crianças é o momento em que se entra em contato com o que é mais pessoal, mais privativo do ser humano. Só podemos ter cuidado ao selecionar o texto, quando temos um bom repertório. O professor precisa conhecer as narrativas para tê-las em mãos e fazer uma boa escolha. Há necessidade de parâmetros, para escolher um bom texto, cujas partes estão bem articuladas, é fundamental.

Por isso, se faz necessário um cuidado na hora de escolher qual livro as crianças devem ler. Um livro mal escolhido faz com que a criança perca a curiosidade, encanto e o sonho que um bom livro deve trazer. Essa é uma das principais razões que fazem as pessoas não gostar de ler.

Escrever um livro para crianças exige muito mais que príncipes e princesas. O que vai chamar a atenção para a leitura não são apenas as ilustrações ou a quantidade de páginas, os primeiros parágrafos é que despertarão a vontade de continuar a ler, eles devem criar enlaces para os parágrafos seguintes de forma que a criança tenha sempre um motivo a mais para seguir em frente, ou seja, criando um novo pensamento a cada página virada.

Ao entrar na escola, o aluno desde criança passa a estabelecer uma íntima relação com os livros, pois estes vêm ao encontro do seu mundo de fantasias. Elas, então, têm prazer em aprender a ler para desvendar o mistério de tudo que está escrito nos livros. Há um esforço por parte dos professores, pais e, principalmente, da criança nesse processo.

A escola deve oferecer uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas capacidades ou de suas deficiências. Um dos grandes desafios como educadora é saber como lidar com os desafios que a sala de aula nos traz atualmente. Nos antigos sistemas de ensino os alunos eram considerados homogêneos e não havia a necessidade de se adequar àquele aluno que apresentasse algum tipo de dificuldade, apenas quem se adaptasse aos métodos e a didática ali apresentada permanência no sistema educacional.

O fato é que o movimento mundial da educação inclusiva para todos proporcionou a abertura

para alunos com diagnóstico de autismo ou demais transtornos serem vistos e discutidos dentro do sistema de ensino também. Mesmo apresentando dificuldades no desenvolvimento (comunicação, comportamental, motor) o aluno deve ser atendido e recebido pelas escolas, que precisam oferecer a ele condições de desenvolvimento e permanência.

Dessa forma, a escola é um espaço onde se concentra muitos jovens em desenvolvimento da construção de identidade, ou seja, é um local propício para que possamos diminuir a discriminação e as diversas formas preconceituosas. Para alcançar a aprendizagem para todos os indivíduos, a educação de inclusão necessita estar engajada em um sistema responsável, permitindo que desencadeiem sentimentos de respeito aos ditos diferentes, sendo solidários e participantes. Segundo Mantoan (1997):

Por outro lado, esses estudos exigem da escola novos procedimentos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades que, ora mais, ora menos, todos os aprendizes demonstram. Esse esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino fundamental tem como consequência natural a inclusão escolar e garante o cumprimento do princípio democrático de “educação para todos”, que só se concretiza nos sistemas educacionais especializados em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes (MANTOAN, 1997, p.116).

Os indivíduos apresentam diversificadas características comportamentais que influenciam as suas ações na sociedade. A nossa formação enquanto pessoa ocorre por meio dos conhecimentos que adquirimos no convívio com outros atores sociais. Nesta concepção de Santos (2008, p.18) refletir sobre inclusão parte do entendimento de que a inclusão é a ideia que todas as crianças, sem exceção, têm direito à educação juntamente com outras crianças em um mesmo ambiente escolar, sem que a instituição queira requisitos para o acesso, sem a seleção dos alunos, mas, que seja uma escola com garantias ao acesso e a estadia de todos os membros.

Dessa maneira, alunos advindos dos mais diferentes ambientes, com culturas e formas de vida diferenciadas, necessitam ser acolhidos, respeitados e educados da mesma maneira, sem nenhuma distinção. Para Pabis e Martins (2014, p. 10) é possível encontrar numa mesma turma, alunos vindos dos mais variados grupos sociais, com diferentes níveis econômicos pertencentes a diversas etnias, e até aqueles cujas famílias fizeram parte dos movimentos que estimulam no Brasil após redemocratização do país.

A busca por uma instituição de qualidade, objetiva uma educação que garanta a emancipação e humanização do aluno, entretanto, é fundamental que o sistema de ensino lute por uma educação para todos, com enfoque as diversidades presentes em seu contexto. Não é um trabalho tranquilo, no entanto, exige transformações no sistema e exige mudanças consideráveis na visão dos comprometidos, refletindo sobre as adaptações da criança ao contexto escolar (MANTOAN, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na educação também é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar a diversidade presente na sociedade, a educação inclusiva promove a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária. Além disso, ao promover a igualdade de oportunidades na educação, a inclusão contribui para a redução das desigualdades sociais e a promoção da inclusão social de grupos historicamente excluídos.

No entanto, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a inclusão na educação ainda enfrenta muitos desafios e obstáculos. A falta de investimento em formação de professores, a ausência de políticas públicas eficazes e a resistência de alguns setores da sociedade são apenas alguns dos aspectos que dificultam a implementação da educação inclusiva. Nesse sentido, é fundamental que governos, instituições educacionais, profissionais da educação e sociedade em geral se mobilizem em prol da inclusão na educação, promovendo a formação contínua dos professores, a adequação das estruturas escolares e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Em suma, a inclusão na educação é um direito de todos os alunos e um dever de toda a sociedade. Promover uma educação inclusiva é garantir que cada aluno seja respeitado em suas diferenças, tenha suas necessidades atendidas e possa participar plenamente do processo educativo. Além disso, a inclusão na educação é um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e contribuir para o desenvolvimento social. Por isso, é fundamental que todos os atores envolvidos na educação se engajem na promoção da inclusão, superando preconceitos e barreiras e construindo uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos.

A inclusão na educação é um tema essencial e de extrema importância nos dias atuais. A diversidade de alunos presentes nas salas de aula, com diferentes origens, habilidades, necessidades e características individuais, exige uma abordagem inclusiva que promova o respeito, a equidade e a igualdade de oportunidades para todos. Neste contexto, a inclusão na educação não se trata apenas de garantir o acesso de todos os alunos à escola, mas também de promover um ambiente educacional que acolha e valorize as diferenças, permitindo que cada aluno se desenvolva plenamente e alcance seu potencial máximo.

A inclusão na educação é uma questão de direitos humanos e de justiça social. Garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e combater a discriminação e o preconceito. Nesse sentido, a inclusão na educação vai além da simples matrícula dos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem nas escolas regulares, mas envolve a criação de políticas e práticas educacionais que promovam a diversidade, a acessibilidade e a participação de todos.

Uma educação inclusiva beneficia não apenas os alunos com necessidades especiais, mas toda a comunidade escolar. Ao promover a convivência e a interação entre alunos de diferentes origens e habilidades, a inclusão na educação contribui para o desenvolvimento de habilidades socio-

emocionais, como a empatia, a solidariedade e a cooperação. Além disso, a diversidade presente nas salas de aula enriquece o processo educativo, promovendo a troca de experiências, o respeito às diferenças e a valorização da pluralidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, L. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

ARROYO, L. **Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens**. Petrópolis, Vozes, 2000.

AZEVEDO, Ricardo. **Livros para crianças e Literatura infantil: convergências e divergências**. Boletim da FNLIJ, jan/99.

BARBOSA, M. C.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

BOUTH, Angela M. **A Senhora Dona Sancha Descubra o Seu Rosto**. In Boletim Científico da Soc. Psicanalista do Rio de Janeiro. [200-?].

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil?**. São Paulo: Moderna, 1997.

CANTARELLI, A. **Literatura infantil: teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2003.

CASCUDO, **Câmara - Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Por que Arte-Educação?** São Paulo: Papirus, 19. ed. 2008.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MORENO, Leonel de Alencar. **O lúdico e a contação de histórias na educação infantil.** Florianópolis: Artmed, 2009.

SILVA, Flávia Savoia Dias. Contos de Fadas... **Um universo de Aprendizagem?** São Paulo: Moderna, 2007.

TAFURI, Johannella. **O desenvolvimento musical através do canto na etapa infantil.** In: IX ENCONTRO ANUAL DA ABEM. Anais do IX Encontro anual da ABEM, Belém, 2000.

ZIMMERMANN, Nilsa. **A música através dos tempos.** São Paulo: Paulinas, 1996